
ATA DA 16ª REUNIÃO DA CTINS DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA PIRAPONEMA

1 Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze
2 horas, por meio da plataforma de videoconferência Zoom pela UR:
3 <https://us02web.zoom.us/j/87129967088>, e disponibilizada pela plataforma Youtube acesso ao
4 link: <https://youtube.com/live/RaMtXo5Ego?feature=share> , foi realizada a 16ª Reunião da
5 CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica Piraponema, diante da presença da Coordenadora
6 com a função de relatora a Sra. Marta Luzia de Souza – Universidade Estadual de Maringá;
7 a sra. Maria de los Angeles Perez Lizama - Unicesumar; o sr. Alexandre Martin Martinez –
8 Vancouros, o sr. Paulo Milagres - IDR-Paraná; o sr. Pedro Dias – ABRAPCH; o sr. Silvio
9 Silvestre Barczsz – Unicesumar, a sra. Cláudia Telles Benatti, a sra. Rosa Volpato,
10 Lucineide A. Maranhão, Monique Schneider, Nataly Tasca - Secretaria Executiva do Instituto
11 Água e Terra. Convidadas: Sra. Josete de Fátima – SANEPAR, e a sra. Maira Trevisan –
12 CISPAP e Alexandre B. Jucá – Instituto Água e Terra. Ao início da reunião a Sra. Marta
13 Luzia de Souza cumprimentou a todos e informou que na reunião anterior, havia sido
14 discutida a minuta sobre a cobrança pelo uso da água e que inicialmente, fizeram algumas
15 adaptações na legislação, e tentaram incluir colegas como a sra. Ester e a sra. Neiva do
16 comitê do COALIAR na discussão, mas ambas estavam de férias, e também mencionou
17 que houve contato com o IAT, que apresentou uma nova proposta, motivo pelo qual a
18 minuta anterior não seria discutida. Em seguida, o sr. Alexandre foi convidado a apresentar
19 uma atualização sobre o mecanismo de cobrança. Ele iniciou com a explicação que a
20 proposta visava dar mais transparência e agilidade aos mecanismos de cobrança,
21 mencionando que, historicamente, mecanismos variados foram implementados no Brasil,
22 mas muitos deles adicionavam coeficientes redutores, tornando difícil para o usuário
23 entender como os valores eram compostos, e apresentou a legislação vigente no Paraná,
24 detalhando os usos da água que são cobrados e como os valores são fixados pelo Conselho
25 Estadual, descreveu as etapas necessárias para a implementação da cobrança, desde a

26 decisão política até a aprovação dos mecanismos e valores pelo comitê e Conselho
27 Estadual. Além disso, detalhou o funcionamento da cobrança no Comitê das Bacias do Alto
28 Iguaçu e Alto Ribeira, explicando como os valores são calculados com base em captação,
29 consumo e lançamento de água. Alexandre apontou as complexidades do atual
30 mecanismo, sugerindo que a simplificação poderia ser benéfica. Durante a apresentação,
31 houve discussões sobre os valores cobrados e as justificativas para as diferenças entre
32 captação superficial e subterrânea, com o Alexandre e o sr. Silvio explicando que a água
33 subterrânea, por ser de maior qualidade, tinha um valor de cobrança mais alto. No final,
34 Alexandre enfatizou que a complexidade dos mecanismos de cobrança deveria ser
35 proporcional ao amadurecimento do comitê e dos instrumentos de gestão, sugerindo um
36 início com mecanismos mais simples e inteligíveis, e explicitou que os valores de redução
37 e indicadores discutidos foram estabelecidos em 2013 sem uma metodologia clara para
38 justificar as porcentagens utilizadas, como 50%, 20%, ou 80%, e destacou que, embora
39 esses valores tenham sido decididos após anos de discussões, atualmente não se sabe o
40 motivo específico de terem sido escolhidos. Também mencionou que esses valores se
41 tornaram estáticos e não refletem uma grandeza física real que deveria ser monitorada,
42 tornando-os desnecessários e sugerindo a simplificação do processo de cálculo, e
43 apresentou a relação entre a captação outorgada e a média captada, apontando que a
44 ponderação dada ao volume médio captado poderia incentivar os usuários a reservar vazão
45 em vez de ajustar suas outorgas de acordo com suas reais necessidades. Além disso,
46 propôs a exclusão do termo "volume consumido" para simplificar o mecanismo de cobrança,
47 mantendo apenas os termos de volume captado outorgado e preço público. Também
48 sugeriu ajustes nos preços públicos para diferenciar entre categorias de usuários e a
49 correção anual dos valores pelo IPCA. Após a fala sra. Marta abriu a palavra, e o sr. Pedro
50 Dias ressaltou que a cobrança deve considerar que o consumidor arca com os custos,
51 criticando o método de 2013 por ser baseado em precauções excessivas devido ao medo
52 e incerteza da época. Ele defendeu um modelo mais simples e eficiente, que promova o
53 uso responsável da água, evitando complexidade desnecessária, e também destacou a
54 importância de administrar bem os recursos para garantir a qualidade e quantidade de água
55 e sugeriu que a simplificação poderia incentivar o reuso da água. Ele alertou para a
56 necessidade de valores justos que não sobrecarreguem os consumidores. Alexandre
57 explicou que estava em andamento um estudo preliminar sobre a capacidade de
58 pagamento dos usuários da bacia do Paranapanema, que poderia influenciar decisões
59 futuras sobre preços. Marta e Silvio enfatizaram a importância de considerar esse estudo e
60 definir valores justos, incluindo o setor agropecuário. Maira levantou dúvidas sobre a

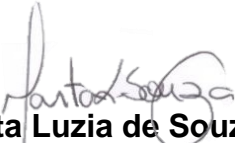
61 cobrança, e Josete sugeriu a simplificação do processo, considerando as perdas. Cláudia
62 também apoiou a simplificação e questionou o uso de estimativas. Alexandre defendeu o
63 uso de dados outorgados para simplificar e aumentar a arrecadação. Maria de Los Angeles
64 perguntou sobre o tempo necessário para fiscalizar a autodeclaração e quem seria
65 responsável por essa fiscalização. Ela concordou com os membros sobre a simplicidade da
66 proposta, considerando-a mais eficiente do que uma abordagem com muitos coeficientes.
67 Ela sugeriu que o estudo sobre cobrança realizado no Paranapanema fosse atualizado para
68 a realidade atual, destacando a importância de beneficiar aqueles que devolvem água em
69 melhor qualidade. Marta mencionou a importância do estudo do Paranapanema para
70 subsidiar decisões, enquanto Alexandre apresentou um quadro do estudo do Verde Grande
71 sobre os valores a serem cobrados. Ele explicou que a disposição a pagar varia entre
72 setores e que o benefício para quem lança efluente com qualidade superior pode ser
73 estudado, mas que isso criaria complexidades adicionais. Silvio e Marta discutiram a
74 necessidade de criar uma fórmula simplificada e ajustá-la conforme mais informações
75 fossem coletadas. Foi ressaltado que os modelos de cobrança poderiam ser revisados com
76 o tempo, e Silvio sugeriu que uma base de dados fosse construída para simular valores e
77 facilitar as discussões. Marta agradeceu a participação de todos e destacou que a proposta
78 simplificada seria a base para futuras discussões, com o objetivo de adaptar a metodologia
79 à realidade do comitê e de outros comitês que poderiam seguir o exemplo.

80

81 De Acordo,

82

83


Marta Luzia de Souza

84

Coordenadora da CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica do Piraponema